

Crise Civilizatória & Ambientalismo Transetorial: Internet, Estado Nascente e Democracia

Sérgio Luís Boeira

Introdução *

O presente artigo tem quatro partes distintas e complementares: a) examinar, introdutoriamente, os fatores da crise da civilização ocidental, particularmente a partir dos séculos XVII e XVIII, com a emergência e busca de controle da cultura moderna sobre a natureza; b) examinar o conceito de sociedade civil; c) retratar de forma sumária a crise civilizatória no final do século XX, segundo um enfoque ecológico; d) examinar a relação entre ambientalismo transetorial, mídia eletrônica (internet), democracia e a hipótese do estado nascente.

Na primeira parte são revistas as noções de cultura, de civilização, de natureza e de paradigma, sustentando-se que a crise civilizatória contemporânea teve como fatores relevantes a busca de superação e controle instrumental da natureza pela cultura moderna, a fusão das noções de cultura e de civilização e a subordinação dos paradigmas políticos (idealismo e realismo) ao grande paradigma do Ocidente, formulado por Descartes.

Na segunda parte são revistos os conceitos de sociedade civil, concluindo-se que contemporaneamente a compreensão deste conceito requer um enfoque complexo, que contemple as interdependências e interinfluências entre os diversos setores sociais, o que implica considerar as esferas transnacional, transclassista e transetorial.

Na terceira parte resumem-se os principais aspectos da crise civilizatória no final do século XX, sob um prisma ecológico, concluindo-se que a ideologia do consumismo e a complexificação da crise pela introdução de novas tecnologias têm gerado um modo de vida desequilibrado, fora de controle ou na iminência do descontrole, obsessivo, quando não violentamente fundamentalista e desesperado, avesso ao diálogo democrático. Portanto, não basta “renovar” os enfoques da direita e da esquerda, do realismo e do idealismo -- é preciso transcendê-los, contextualizá-los, concebendo-se a complexidade transetorial das políticas públicas nas articulações entre Estado, Mercado e sociedade civil (visando uma sociedade multicêntrica e reticular).

Na quarta parte examina-se o contexto da emergência do ambientalismo e as principais abordagens do mesmo, defendendo-se o enfoque que concebe o ambientalismo transetorial como produto de experiências de estado nascente no âmbito do ambientalismo multissetorial. A crise civilizatória suscita uma resposta transetorial principalmente nas sociedades periféricas e semiperiféricas – mas requer um pensamento complexo, reflexivo,

* Esse artigo teve uma primeira versão publicada em Florianópolis, UFSC, **Revista de Ciências Humanas**, v. 16, n. 23, p. 71-102, abril de 1998. Agradeço os comentários críticos da Dra. Ilse Scherer-Warren e do Dr. Héctor Ricardo Leis. A versão atual tem poucas alterações e foi solicitada para publicação, ainda que já não mais como texto inédito, na revista **Vozes & Diálogo**, da UNIVALI, Itajaí, ano 2, n. 1, p. 25-41, abril de 1998.

dialógico, voltado para o equilíbrio dinâmico entre os valores dissociados pelo grande paradigma do Ocidente. Portanto, embora fundamentais, as experiências de estado nascente não são suficientes – tanto podem tornar mais graves os desequilíbrios socioambientais como estimular a emergência de uma razão/sociedade aberta, auto-eco-organizadora, democrática e ética. Esta incerteza fundamental justifica o esforço empreendido na elaboração deste artigo, que resultou incipiente, já que procurei circunscrever uma problemática real, vasta e inquietante.

Cultura, Natureza, Civilização e Paradigmas Subordinados

A noção de *cultura* está - desde os séculos XVII e XVIII - associada ao termo *civilização*, às vezes de forma positiva e outras de modo negativo. Derivada do verbo latino *colere*, cultura representou desde a antigüidade o cuidado com as plantas, com os animais e as maneiras de tratar a terra (de onde derivou o termo agricultura). Civilização é uma palavra que também vem do latim, derivada de *cives* e *civitas*. Referir-se a um homem como *civil* significava dizer que era educado, polido, membro da *sociedade civil*. Mas “civilização”, observa Chaui (1986: 12), possuía um sentido mais amplo do que civil. Significava, por um lado, o ponto final de uma situação histórica, seu acabamento ou perfeição e, por outro, uma etapa do desenvolvimento social e histórico, pressupondo, assim, a noção de progresso.

Para Rousseau, no século XVIII, civilização é artifício, cultivo da exterioridade, sujeição da sensibilidade a uma razão artificiosa e decadente (“instrumental”, diria hoje). Cultura, pelo contrário, é bondade natural, interioridade espiritual, sentimento e imaginação, vida comunitária espontânea.

Para Voltaire e Kant, cultura e civilização representam “o mesmo processo de aperfeiçoamento moral e racional, o desenvolvimento das Luzes na sociedade e na história. Cultura torna-se *medida* de uma civilização, meio para avaliar seu grau de desenvolvimento e progresso” (Chaui, 1986: 12).

A história das sociedades européias ocidentais acabou por privilegiar esta última visão, fazendo da cultura o exercício livre da razão e da vontade esclarecida, o reino humano dos fins e dos valores -- separado do reino natural das causas (supostamente) necessárias e mecânicas. A natureza, por sua vez, toma a forma de algo imóvel, passivo, sendo confundida com a materialidade dispersa (isto é evidente na expressão *res extensa*, em Descartes). A cultura, pelo contrário, é associada na visão dominante à mobilidade, à temporalidade, à autoconsciência, ao autocontrole, à objetivação da subjetividade e reconciliação do subjetivo e do objetivo no Espírito Absoluto. Norbert Elias destaca a noção de controle no processo civilizador:

...o controle mais complexo e estável da conduta passou a ser cada vez mais instilado no indivíduo desde seus primeiros anos, como uma espécie de automatismo, uma autocompulsão à qual ele não poderia resistir, mesmo que desejasse”. (...) “...tornando-se o tecido social mais intrincado, o aparato

sociogênico de autocontrole individual torna-se também mais diferenciado, complexo e estável” (Elias,1993: 196, 197).

Com a consolidação da Revolução Industrial e com a subordinação do modo de vida rural pelo modo de vida urbano a noção de natureza se torna mais pobre: reduzida a recurso natural ou matéria-prima. Na realidade (para além dos discursos da época), a afirmação do capitalismo liberal teve, desde o seu início, o pressuposto de que a natureza poderia ser reduzida a um sumidouro de detritos e a uma coleção infinita de matérias-primas.

Para um enfoque ecológico, a separação (instrumental) entre cultura e natureza e a fusão (redução de um termo a outro) das noções de civilização e cultura -- processos impulsionados decisivamente nos séculos XVII e XVIII e consolidados no final do século XIX -- são fatores relevantes da crise civilizatória contemporânea.

Parece-me necessário repensar as idéias de contrato social em Hobbes, Locke e Rousseau (no mínimo estes), a fim de revelar-se os paradigmas que sustentam as dicotomias atualmente existentes entre o Estado, o Mercado e a sociedade I, contrapondo-se ao paradigma idealista ou universalista, associado às idéias de Grotius e Kant. Hobbes parte do conceito de "estado de natureza" como instância pré-política na qual reina o conflito e a anarquia. Na extrapolação desta idéia para as relações internacionais, Hobbes percebe a guerra e o poder como os principais elementos que regulamentam o comportamento dos Estados-nações. "A política se traduz então em uma luta permanente entre Estados soberanos que não reconhecem a existência de nenhum valor nem restrição moral ou legal acima dos interesses nacionais", conclui Héctor Leis.

Os universalistas argumentam que os conflitos entre os Estados não são inevitáveis nem são a base do relacionamento internacional. Afirmam que a cooperação é também um fato da política mundial e que existe a possibilidade de aprofundá-la, enquanto se estabelecem regras eficientes para controlar o comportamento dos Estados, definindo-se assim as condições para uma "paz perpétua", conforme expressão de Kant (1989).

As linhas essenciais das divergências entre estes dois paradigmas, na análise de Héctor Leis, constam em três questões. A primeira se refere à condição humana (ou estado de natureza da espécie). Para os realistas, esta baseia-se no egoísmo e nos instintos de dominação. Para os universalistas, é naturalmente portadora de razão e instintos bons (como se percebe na expressão “bom selvagem”, de Rousseau), que garantem tanto sua evolução interior como uma progressiva melhora da sociabilidade. A segunda questão se refere à essência da política. Para os realistas, esta aparece impregnada ou determinada pelas paixões e instintos humanos. Portanto, a dominação, o expansionismo e o despotismo serão as marcas das relações entre os Estados. Os idealistas, ao contrário, observam que o número de regimes políticos democráticos é crescente, e que estes propiciam maior desenvolvimento das potencialidades humanas, possibilitando uma orientação mundial à paz. O terceiro ponto é específico das relações internacionais. Na medida em que os realistas vêem a relação entre Estados soberanos como eixo da política mundial, temos o conflito permanente -- e portanto a problemática socioambiental e a justiça social ficam sem solução. Já os idealistas não dão tanta importância aos Estados e

concebem as relações internacionais como estando baseadas nos valores e nos laços sociais que ligam os seres humanos entre si e com a natureza, independentemente de suas origens.

Neste ponto, precisamos observar que os paradigmas políticos são na realidade subordinados a paradigmas culturais, mais abrangentes, e que têm, com estes, relações de recursividade e interdependência.

Afinal, o que é um paradigma? É aquilo que organiza um sistema de idéias.

Morin afirma (1991:186 a 200) que um paradigma contém, para todos os discursos que se efetuam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias mestras da inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre estes conceitos ou categorias. Assim, “os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo os paradigmas inscritos culturalmente neles. Os sistemas de idéias são radicalmente organizados em virtude dos paradigmas” (Op. cit.:188).

“O paradigma é inconsciente, mas irriga o pensamento consciente, controla-o, e, neste sentido, é também sobreconsciente. É aqui que podemos utilizar o termo *Arche*, que significa ao mesmo tempo o Anterior e o Fundador, o Subterrâneo e o Soberano, o Subconsciente e o Sobreconsciente” (Op. cit.: 190).

Morin sustenta que o “grande paradigma do Ocidente foi formulado por Descartes e imposto pelos desenvolvimentos da história européia desde o século XVII. O paradigma cartesiano separa o sujeito e o objeto, cada um com a sua esfera própria, a filosofia e a investigação reflexiva aqui, a ciência e a investigação objetiva acolá”. (Op.:194). Esta dissociação, afirma ele, prolonga-se, atravessando o universo de um lado ao outro :

Sujeito	Objeto
Alma	Corpo
Espírito	Matéria
Qualidade	Quantidade
Finalidade	Causalidade
Sentimento	Razão
Liberdade	Determinismo
Existência	Essência

Ao concebermos os paradigmas políticos *universalismo* ou *idealismo* e *realismo* como subordinados ao Grande Paradigma do Ocidente, podemos compreender suas limitações e unilateralidades. De um modo geral, os idealistas se alinham aos valores vinculados ao sujeito e os realistas aos valores relacionados ao objeto. Esta dicotomia afeta, conseqüentemente, as decisões políticas predominantes nos diversos setores sociais, dificultando as relações entre os mesmos.

É possível concluir, portanto, que a busca da superação da natureza pela cultura moderna (vista como sinônimo de civilização) condicionou a racionalidade política tanto

dos idealistas quanto dos realistas, compreendendo-se, desta forma, inclusive a mudança da trajetória de um pensamento idealista como o de Rousseau, que a partir de seu *Contrato Social* passa a opor-se ao estado de natureza e aos instintos.

Sustento que a busca de *superação* da natureza pela cultura é um dos elementos provocadores senão determinantes da crise civilizatória. Mas, para uma abordagem ecopolítica desta, considero relevante um exame do conceito de *sociedade civil*. Afinal, é preciso analisar em que contexto emerge o *ambientalismo multissetorial*.

Sociedade Civil

Ilse Scherer-Warren (1994) observa que a história da construção do conceito de *sociedade civil* mostra significados “variados e às vezes até opostos”. A autora argumenta que, para os jusnaturalistas (século XVIII), a *sociedade civil* está na origem do Estado, contrapondo-se à sociedade natural e à barbárie. Conforme vimos anteriormente, este Estado é o *locus* da política, da civilização. E para Rousseau, “apesar da *sociedade civil* estar no origem da sociedade civilizada, não é ainda a sociedade política que se constitui pelo contrato social” (Scherer-Warren, op.cit.).

Hegel, diz a autora, concebe a *sociedade civil* como espaço social de regulamentação entre a família (e/ou indivíduos) e o Estado, introduzindo a idéia de intermediação, e de busca de interesses comuns, acima dos interesses individualistas da modernidade.

Para Marx (em Fernandes, 1983), a *sociedade civil* se referencia no Mercado, sendo que no capitalismo confunde-se com a sociedade burguesa. Mas Gramsci (1981) introduz uma mudança significativa no pensamento marxista. Buscando na *sociedade civil* sua função de construção da hegemonia política, inclusive para as classes subalternas, Gramsci destaca o papel da cultura, da ideologia e do consenso.

Portanto, resume Scherer-Warren:

“...*sociedade civil* definia-se ora como a esfera de constituição da política (e do Estado), contrapondo-se à barbárie, ora como a capacidade de auto-regulamentação e determinação da esfera econômica (do mercado), em face do individualismo e do Estado, ora ainda como potencialidade do mundo da cultura e das ideologias na construção de uma hegemonia política” (Op. cit.: 06).

Além destas definições, cabe destacar a contribuição de Alexis de Tocqueville, que concebe a idéia do *associativismo* na vida cotidiana dos regimes democráticos. A civilidade, como resistência à barbárie, encontra-se nas associações que se formam na vida civil (comerciais, industriais, religiosas, morais, recreativas, etc (Scherer-Warren, op.cit.; Tocqueville, 1977).

Para Boaventura de Sousa Santos, existem três concepções de *sociedade civil*: a liberal clássica – que a toma como pluralidade atomística de interesses econômicos

privados e domina hoje o discurso político; a dos novos movimentos sociais (ecológicos, antinucleares, pacifistas, feministas), que se diferencia mais ou menos radicalmente da concepção liberal, apelando para a idéia de uma sociedade civil pós-burguesa e antimaterialista; e a que se denomina sociedade civil socialista. (Santos, 1995: 123)

No pensamento atual, observa Scherer-Warren, podem ser destacadas, no contexto da área de pesquisa dos movimentos sociais, duas tendências principais: uma que trata a questão a partir de uma relação dual -- sociedade civil *versus* Estado; e outra que considera uma relação tripartite -- Estado, Mercado e sociedade civil.

A primeira tendência aponta a sociedade civil como o campo das várias formas de mobilizações, associações e organização das forças sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais (Bobbio *et al.*, 1992: 787 a 791 e 1206 a 1210).

A segunda tendência aponta a *sociedade civil* como um “terceiro setor”, contraposto ao Estado e ao Mercado, ou seja, um conjunto de entidades não-governamentais (independentes da burocracia estatal) e sem fins lucrativos (independentes dos interesses do mercado). Nesse contexto é que se tem falado de ONG - Organização Não-Governamental.

Ilse Scherer-Warren observa que

“...a literatura recente parece indicar tendências diversas para a atuação das ONGs. Nos países desenvolvidos haveria uma ênfase para os trabalhos no campo da filantropia e altruísmo, enquanto nos países em desenvolvimento e do leste europeu o destaque de sua atuação recairia nos projetos de construção da *sociedade civil*, em torno de questões de cidadania, democracia, organização, autodeterminação popular e justiça social” (Op.cit.:07)

Vários autores têm convergido no sentido de compreender a realidade social como um sistema em que se destacam duas formas de racionalidade, uma instrumental -- proveniente dos subsistemas administrativos e econômicos -- e uma ética ou comunicativa -- proveniente da *sociedade civil*, ou do que Habermas chama de *mundo da vida*.

A racionalidade instrumental, quando orientada pelo Mercado, visa o lucro, conforme a lógica de acumulação de capital e, quando orientada pelo Estado, visa o poder político, a hegemonia e o controle dos mecanismos de dominação. Já a racionalidade ética ou comunicativa é uma possibilidade, mais do que uma realidade, que emerge nas práticas associativas da *sociedade civil*, ou seja, das ONGs e dos movimentos sociais -- e visa o bem comum, comunitário, a justiça social. (Habermas, 1994; Touraine, 1994; Ferreira, 1996).

Scherer-Warren ressalta que os indivíduos levam para a esfera do cotidiano, de suas relações comunitárias e culturais, a síntese de uma vivência e de suas relações com o Mercado e com o Estado. “Por isso, não é possível entender as ações coletivas da

sociedade civil sem pensá-las em suas relações com as duas outras esferas mencionadas”. (Op.cit.).

O conceito de sociedade civil requer um enfoque complexo, que contemple as interdependências e interinfluências entre os diversos setores em todas as sociedades nacionais. Mas, como deve ficar evidenciado na próxima parte deste artigo, isto implica em tratar das esferas transnacional, transclassista e transetorial, ou seja, da crise civilizatória.

Crise Civilizatória no Final do Século XX

O que há de mais significativo na expressão *crise civilizatória* é a sua abrangência e sua densidade, sua gravidade (embora desgastada pelo uso freqüente e pouco refletido). O sofrimento provocado pelas crescentes desigualdades sociais, étnicas e regionais, a anomia e a corrupção inerentes ao processo de racionalização instrumentalista que se globaliza, as diversas formas de violência, o narcotráfico, o risco de acidentes nucleares, o abuso de recursos não-renováveis, os desequilíbrios ambientais, a extinção de espécies, as chamadas “doenças da civilização” -- tudo isso se resume na expressão acima ¹.

Ao distanciamento monetário entre as classes sociais, no interior de cada nação, soma-se uma desigualdade crescente (embora não linear) entre países industrializados do hemisfério Norte e os subdesenvolvidos ou em desenvolvimento do Sul. A biosfera tem seus ciclos e mecanismos de reequilíbrio ameaçados pelo modelo de crescimento econômico predominante: buraco na camada de ozônio; perturbações climáticas pela conjugação de um novo ciclo glacial com um excesso de efeito estufa; chuvas ácidas que destroem florestas; poluição da água, do ar e do solo; desencadeamento de epidemias (por exemplo, o tabagismo tem provocado a morte de três milhões de pessoas por ano, em todo o mundo). A estes somam-se o problema das migrações de desempregados (ou refugiados de catástrofes ambientais) do Sul para o Norte; desemprego estrutural ou tecnológico (que se soma às concentrações demográficas), criminalidade (drogas, terrorismo), etc.

Lester Brown ressalta que o sistema internacionalmente aceito de cômputo econômico, utilizado para se calcular o Produto Nacional Bruto (PNB), subtrai corretamente a parcela de desvalorização de fábricas e de equipamentos do valor da produção global de bens e serviços. No entanto, “não leva em consideração a desvalorização do capital natural, como, por exemplo, a perda de solo superficial em decorrência da erosão, a destruição de florestas pela chuva ácida ou a destruição da camada protetora de ozônio na estratosfera” (Brown, 1993). Nem considera riqueza nacional os bens produzidos informalmente, como os do trabalho doméstico, geralmente

¹ Em 1973, LORENZ, K. 1988, no livro *Os oito pecados mortais do homem civilizado*, abordou o superpovoamento, a devastação do espaço vital, a competição consigo mesmo, a morte do calor humano, a decadência genética, a ruptura da tradição, a doutrinação e as armas nucleares. Ed. Brasiliense, SP.

feminino (Sklair, 1995). Em consequência disso os governos exageraram na medição do progresso. Grande parte do que se toma por progresso na realidade é destruição encoberta por convenções econômicas. (Brown, 1993: 24; Buarque, 1990; Alier & Schlüpmann, 1991).

Henrique Rattner faz uma síntese da situação global, mostrando como as questões sociais estão relacionadas às ambientais e econômicas:

“A quinta parte mais rica da população mundial, que habita os países industrializados, goza de uma renda 150 vezes maior do que a da quinta mais pobre, consome dez vezes mais energia comercial do que os 80% de pessoas pobres dos países em desenvolvimento e é responsável por aproximadamente 70% da emissão mundial de monóxido de carbono e lixo industrial” (Rattner, 1994).

Brown, em nome do *Worldwatch Institute*, confirma: “o rápido crescimento da população, a degradação do meio ambiente e a intensificação da pobreza estão se reforçando mutuamente, em muitos países, numa espiral descendente” (Op.cit.:25).

O Bird (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, ou Banco Mundial), em seu *Relatório 1992 sobre o Desenvolvimento Mundial*, afirma que o PNB *per capita* sofreu queda em 49 países durante a década de 80. Quase todas essas nações, que abrigam 846 milhões de pessoas, apresentam economias de baixa renda (em grande medida agrárias), estão passando por rápido crescimento populacional e por extensa degradação de suas florestas, pastagens e terras agricultáveis.

A cada ano são lançadas na atmosfera 24 bilhões de toneladas de gás carbônico -- a maior parte (19,2 bilhões) pelos países industrializados do Norte. A América Latina contribui com 3,5 bilhões. Quatro quintos do total provêm da queima do petróleo; o restante, da queima das florestas, que desempenham um papel importante nesse processo: quando vivas, ajudam a atenuar o problema, porque absorvem gás carbônico na fotossíntese -- principalmente na fase de crescimento; quando queimadas, liberam este gás. É nos trópicos que as florestas crescem mais rapidamente, consumindo portanto mais gás carbônico. Em 1984, a Terra estava perdendo 11 milhões de hectares de floresta tropical por ano. Em 1993, já perdia 17 milhões (Brown, op. cit).

O aquecimento da atmosfera pelo excesso de efeito estufa tem provocado o aumento da temperatura das águas e o gelo das calotas polares começa a derreter. Com isso o nível dos oceanos sobe, o que já pode ser observado inclusive no Brasil, um país distante dos pólos. (Embrapa & FBB, 1994).

Entretanto as pesquisas também apontam uma tendência contrária ao do efeito estufa. Luiz Carlos Molion, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), afirma que “é mais provável que num futuro próximo o planeta mergulhe em uma nova era glacial e não num superaquecimento”, o que, segundo ele, acarretaria mais catástrofes para a Terra do que no caso contrário, porque “com o avanço das geleiras em direção ao Equador, perde-se muita terra agricultável nas regiões temperadas e os trópicos ficam mais secos” (Molion, 1995).

Ronaldo de Freitas Mourão (1992) sustenta que há realismo nas duas previsões, apesar de opostas, e adverte para a necessidade de se estudar as manchas solares, a rotação da Terra, a estrutura interna das árvores (círculos) e o ciclo do carbono nos oceanos. Ferris Webster destaca o papel dos oceanos como fator da mudança climática global (em Barrère *et al*, 1992). Sem estes estudos inter e transdisciplinares (Morin, 1982) muitos autores consideram impossível prever a evolução do clima. Talvez a erraticidade do clima – caso típico do fenômeno *El Niño* -- seja produto da combinação das duas tendências – a de aquecimento e a de resfriamento.

Conforme analisa Kennedy,

“ao contrário das ameaças à segurança nacional esses perigos são menos evidentes e, portanto, menos capazes de provocar uma reação unificada, decidida. (...) Para conter o aquecimento global será necessária a cooperação internacional, ao passo que a introdução de robôs é tarefa normal de fabricantes individuais; em ambos os casos o Estado nacional é demasiado pequeno, ou demasiado grande”. (Kennedy, 1993:341).

A chamada Terceira Revolução Industrial (Mattoso, 1995; Cano, 1993), com a introdução de novas tecnologias e reestruturação industrial, tem provocado desde o início dos anos 80 uma forte desordem social, que acentua a crise civilizatória: o desemprego torna-se um grave problema estrutural (máquinas substituem homens e mulheres, com aumento da produtividade), declinam os sindicatos trabalhistas, emerge uma política neoliberal que exige flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho, o que resulta em aumento do subemprego e redução das garantias sociais (atendimento médico, etc), exploração do trabalho feminino e infante-juvenil. Enfim, sai de cena – nos países centrais, mas com repercussão mundial, o Estado-Providência – e emerge a sociedade civil, com iniciativas de auto-ajuda, com redes de solidariedade, uma verdadeira “sociedade-providência”, conforme a expressão de Boaventura de Sousa Santos (1995).

Enquanto o trabalho assalariado é marginalizado e despolitizado, com as constantes mudanças de perfil profissional exigidas pela introdução de novas tecnologias, o capital se globalizada, com a transferência de unidades industriais do centro para a periferia, e se volatiliza, com a transferência instantânea e ininterrupta de moeda via eletrônica, multiplicando-se especulativamente (sem investimentos na produção de bens públicos).

A tradicional dicotomia liberal entre cidadania e subjetividade, neste contexto, também é explorada: “a aspiração de autonomia, criatividade e reflexividade é transmutada em privatismo, dessocialização e narcisismo, os quais, acoplados à vertigem produtivista, servem para integrar, como nunca, os indivíduos na compulsão consumista” (Santos, 1995: 255).

Esta “compulsão consumista” é um dos sintomas mais evidentes da crise civilizatória. Conforme análise de C.G. Jung (1984:27), os complexos psíquicos são notavelmente autônomos, comuns na civilização ocidental, e resultam em fragmentação da

personalidade. A ideologia dominante nas *sociedades centradas no mercado* (Ramos, 1981) gera uma “síndrome psicológica” desvitalizadora. Para Giddens, a modernidade entrou numa fase reflexiva, na qual há um “descolamento entre o conhecimento e o controle -- uma fonte primária de incerteza artificial”, e corre o risco de se tornar presa de movimentos fundamentalistas, que recusam o diálogo e apelam para a violência (Giddens, 1996).

Penso que as análises de Santos, Jung, Ramos e Giddens têm algo em comum: a crise civilizatória é produto e produtora de um modo de vida desequilibrado, no qual o consumo compulsivo tornou-se um fator central, por ter conseqüências fora de controle.

Em que pese haja um número crescente de iniciativas governamentais, empresariais e de ONGs para reverter o quadro de crise e declínio que ameaça a todos -- estas ainda não passam de esforços de resistência. A reversão das tendências negativas é apenas uma esperança. Ou nem isso. Como diz Kennedy, “longe de constituírem um estímulo a ações preventivas, as tendências globais são tão acentuadas que provocam desespero”. (Op.cit.).

As teorias políticas geradas antes da emergência do Estado do Bem-Estar não dão conta da crise do Estado-nação a partir da década de 1980, e muito menos da crise civilizatória. Não basta “renovar” os enfoques da direita e da esquerda, do realismo e do idealismo -- é preciso transcendê-los, contextualizá-los, enfrentando a complexidade transetorial. (Giddens, 1996; Morin e Kern, 1995).

Felizmente, a história costuma contrariar tendências prováveis e projeções lineares com rupturas e experiências de *estado nascente*. (Alberoni, 1991) Neste contexto de incertezas, o ambientalismo transetorial é uma esperança ainda mal compreendida de criação histórica.

Ambientalismo Transetorial

A história do movimento ambientalista (McCormick, 1992; Leis, 1996) tem características que diferenciam as suas iniciativas das de outros movimentos coletivos: a defesa do meio ambiente diante das agressões técnicas e político-econômicas tem partido de atores sociais de diferentes classes sociais, incluindo atores cuja sociabilidade tem seu *locus* em órgãos públicos e privados e não apenas no âmbito da sociedade civil enquanto espaço contraposto ao Estado e ao Mercado. As tentativas de enquadramento da chamada “questão ambiental” nas ideologias clássicas -- incluindo nestas as tendências conservadoras, liberais, socialistas e mesmo anarquistas -- acabam, por isso, *reduzindo o escopo de sua problemática e o horizonte estratégico dos atores sociais tomados como relevantes*.

Observe-se que os autores clássicos acima mencionados -- Hobbes, Locke e o último Rousseau -- tinham como problema fundamental a formação e a justificação do Estado, do contrato social, por um lado, e a necessidade de afirmação da cultura, da razão instrumental (civilizadora), por outro. Além disso suas preocupações estavam voltadas

para a aplicação de princípios filosófico- políticos no âmbito de cada nação -- sendo a interação ou o confronto entre Estados nacionais e as diferenças de classes sociais aspectos considerados secundários.

As tradições de pensamento político fundadas por tais autores tomaram rumos ideológicos que, atualmente, fazem mais parte do conjunto de problemas do que das soluções da crise civilizatória, visto que, por um lado – Hobbes e Locke – reforçam o distanciamento (e a expansão) do Estado e do Mercado em relação ao restante da sociedade, bem como o individualismo e, por outro – Rousseau e os socialistas românticos – reforçam o sectarismo coletivista, o romantismo das iniciativas civis (democracia direta contraposta à representativa, o que na ex-União Soviética foi um dos fatores do totalitarismo).

Desde o início da década de 70, o ambientalismo tem sido visto, particularmente nos Estados Unidos, como *grupo de pressão* ou *grupo de interesse*. Neste caso, as iniciativas ambientalistas são tomadas como problemas cujas soluções podem ser encaminhadas pelos *canais competentes* do sistema político convencional. Os danos ambientais são, em parte, percebidos como males necessários da civilização ou o *preço do progresso*. Como tais iniciativas são, muitas vezes, tomadas por cidadãos das classes média e alta -- os analistas estadunidenses tendem a considerar o ambientalismo como um movimento elitista.

Também nos anos 70 torna-se relevante, predominantemente na Europa ocidental, uma abordagem do ambientalismo como *novo movimento social*, ao lado do movimento feminista e do pacifista. Neste caso, autores da tradição socialista, críticos da burocracia estatal, do poder disciplinar e do consumismo põem em destaque o valor *qualidade de vida* e exigem a *descentralização do poder*. É neste contexto que surgem os partidos verdes e toda uma série de iniciativas que visam um *modo de vida alternativo*. Multiplicam-se as percepções contrárias à civilização ocidental, ao *american way of life*, ao antropocentrismo (enfoque que invadiu as ciências particularmente com as obras de René Descartes e Francis Bacon) e surgem os defensores de uma *ecologia profunda* (*deep ecology*), mais voltada para o espiritualismo e para o biocentrismo (ou ecocentrismo).²

Uma terceira abordagem teórica do ambientalismo tem surgido na América Latina, particularmente no Brasil e no México, nos últimos anos (Viola & Boeira, 1990; Viola & Leis, 1995; Leff, 1994:), reconhecendo o caráter socialmente diversificado (multiclassista e multissetorial) do movimento. Os setores socioculturais geralmente destacados são:

² Para uma análise do *movimento alternativo* (incluindo dados quantitativos relativos aos anos 70 e 80, na Europa), ver *Quem deve mudar todas as coisas*, de HUBER, J 1985, Ed. Paz e Terra, RJ. Para uma crítica do dualismo entre ecologia profunda e antropocentrismo, ver *A nova ordem ecológica*, de FERRY, L. 1992, Ed. Ensaio, SP. Para a defesa de uma abordagem ecocêntrica, ver *Environmentalism and political theory : toward an ecocentric approach*, de ECKERSLEY, 1992, State University of New York Press.

- o ambientalismo *stricto sensu*: associações e grupos comunitários ambientalistas, que se diferenciam nos últimos anos em três tipos (profissionais, semiprofissionais e amadores);
- o ambientalismo governamental: agências estatais de meio ambiente (no âmbito federal, estadual e municipal);
- o socioambientalismo: organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos que tratam basicamente da desigualdade social, mas que vêm incorporando a sustentabilidade ambiental nas suas propostas de reformas;
- o ambientalismo dos cientistas: pessoas, grupos e instituições que realizam pesquisa científica sobre a problemática ambiental;
- o ambientalismo empresarial: gerentes e empresários que começam a pautar seus processos produtivos e de investimentos pelo critério da sustentabilidade ambiental; o certificado ISO 14.000 reafirma este setor;
- o ambientalismo dos políticos profissionais: lideranças e grupos que, dentro dos partidos convencionais, incentivam iniciativas ecológicas nas políticas públicas;
- o ambientalismo espiritualista: ocorre dentro e fora de organizações religiosas, vinculando a problemática ambiental à consciência transpessoal e à ética;
- o ambientalismo dos educadores (pré-escola, primeiro e segundo graus), jornalistas e artistas preocupados com a crise civilizatória;
- o ambientalismo dos terapeutas: profissionais que estimulam a auto-eco-organização dos doentes, em vez do simples ataque aos sintomas;
- o ambientalismo dos partidos verdes: bem ou mal, tendendo ao chamado eco-socialismo, estes partidos constituem a única novidade efetiva no espectro ideológico do sistema partidário mundial depois da 2ª Guerra Mundial.

O ambientalismo tende a ser transclassista e transetorial particularmente nas sociedades periféricas e semiperiféricas, nas quais a adequação das categorias *Estado-nação* e *classes sociais* sempre foi muito problemática. Enquanto as teorias clássicas (particularmente liberais e marxistas), partindo da realidade européia, seguiram um paradigma disjuntor e redutor, bem como uma lógica dedutiva-identitária (Morin, 1991), que separou e atomizou os Estados-nações, as classes sociais e os cidadãos -- nas sociedades periféricas e semiperiféricas o domínio colonialista e as relações comerciais injustas (e predatórias) forçaram a sobreposição e mescla de interesses entre as classes dominantes nacionais e estrangeiras. Por outro lado, como analisa Boaventura de Sousa Santos no caso de Portugal (sociedade semiperiférica, como o Brasil), as sociedades civis enfraquecidas, pouco autônomas, na periferia e na semiperiferia, desenvolveram uma cultura maleável, vulnerável e instável, justamente por não contarem com modelos hegemônicos para sua auto-organização. É evidente que cada país e inclusive cada região dentro dos diversos países tem suas especificidades, que podem contrariar esta hipótese abrangente. Mas não serão elas exceções que confirmam a regra? O processo de globalização cultural atualmente em curso envolve a integração e a diversificação, a generalização e a controvérsia. (Featherstone, 1994).

O mimetismo cultural das sociedades periféricas e semiperiféricas (produto da vulnerabilidade e da maleabilidade) em relação ao centro do sistema capitalista tem, como contraface (menos visível), um processo de formação de contra-hegemonia, que é

transetorial, transclassista e reticular. A contra-hegemonia nas sociedades dominadas é certamente mais complexa que a que ocorre no centro do sistema, justamente por não contar com tradições de pensamento sociopolítico consistentes e alternativas aos clássicos -- que sirvam de parâmetros para a distinção dos interesses que permeiam a esfera pública (a qual se confundem ONGs, funcionários públicos, legisladores, poderes executivo e judiciário, além dos empresários – com seus *lobbies* cada vez mais transnacionalizados).

Neste contexto o ambientalismo transetorial surge definido como *complexo-multissetorial* (Viola & Boeira, 1990). Tratava-se, então, de uma abordagem analítico-descritiva, sem qualquer pretensão teórica mais precisa, mas já se anunciava um termo chave: *complexidade*:

“O fenômeno do ambientalismo complexo-multissetorial constitui (...) não um movimento social *stricto sensu*, mas um movimento histórico, de transformação civilizatória. Ao chamarmos atenção para a sua complexidade, estamos nos referenciando particularmente nas obras de Edgar Morin, para quem a complexidade é própria do real e implica em relações simultâneas e recorrentes de complementaridade, antagonismo e concorrência entre as partes de um todo que, por sua vez, vai se constituindo como um sistema aberto na medida em que os fatores de neguentropia (informação) se sobrepõem aos fatores de entropia (deformação)” (Viola & Boeira, 1990: 42).

Em síntese, poder-se-ia concluir que o grande confronto paradigmático ocorreria entre informação e entropia. Mas não é isto o que de fato está em questão. Não se trata de afirmar, simplesmente, uma nova ordem ecológica contra a desordem imposta à biosfera. O confronto entre o *paradigma da complexidade* e o *paradigma da simplificação* (disjuntor, redutor) implica em *associar sem fundir, distinguindo sem separar* as várias instâncias da realidade – em particular o Estado, o Mercado e a sociedade civil.

A diferença entre informação e comunicação é muito relevante, no processo de qualificação da democracia participativa. Nos chamados *meios de comunicação* predomina uma interpretação que os vê como extensões do corpo humano, à disposição dos sentidos da visão e da audição. Neste caso confunde-se comunicação com informação. Esta última pode fazer sentido, ou não, na esfera comunicacional, que é a da partilha, da interação simbólica, inclusive por meio do silêncio -- sem troca de informações. Por exemplo: dizer “bom dia” a um vizinho significa, geralmente, alimentar ou restabelecer laços de sociabilidade, sem que haja qualquer referência a uma característica do dia em si.³

No universo da *mídia*, pelo contrário, trata-se da difusão de informações que não têm, necessariamente, algum vínculo com a comunicação. A informação sobre tragédias, transmitida pelas televisões, rádios e jornais em todo o mundo desperta, no máximo, momentos de solidariedade e não gera um verdadeiro ou estável sentimento de solidariedade. Tal sentimento precisa, para sua subsistência, da comunicação, da interação simbólica, do contato humano. Daí o relativo fracasso de muitas campanhas publicitárias

³ Ver, a propósito, o artigo “A Experiência Cultural na Era da Informação”, de RODRIGUES, A.D. 1994; Revista *Margem*, Dossiê Condição Planetária, PUC-SP.

que não atingem o objetivo de vincular comunicação à informação (e daí, também, a intensa utilização de artistas e personagens carismáticos, da exploração da sensualidade, do recurso ao humor, aos sorteios, etc). A chamada *interatividade* das TVs é, via de regra, um perfeito engodo, na medida em que a iniciativa da suposta interação é unilateral, restando ao telespectador a mera opção entre alternativas já determinadas.

Com os microcomputadores e a difusão das tecnologias de *redes de informação* -- a emergência da Internet -- está ocorrendo a constituição de uma nova realidade, virtual, que se distancia rapidamente dos quadros de referência das comunidades e grupos tradicionais, alheios ou resistentes à Terceira Revolução Industrial. O *fenômeno Internet* já não pode ser ignorado por nenhuma instituição social. Embora tenha demonstrado um crescimento grande e contínuo nos seus 26 anos de história, os últimos dois anos foram de uma “explosão assustadora” -- com a rede “mais do que triplicando de tamanho” (Bournellis, 1996).

Mas é importante observar que, com a Internet, surge um tipo inédito de *mídia*, que é em parte hierárquico (domínio dos provedores de acesso) e em parte anárquico (máxima liberdade de expressão gráfica); as formas de cruzamento das mensagens, a constituição de grupos de discussão sobre qualquer tema, a difusão livre das informações -- tudo isto constitui uma nova realidade, uma outra cultura e portanto um outro modo de vida e de ação cidadã. (Hegedus, 1994; Hahn & Stout, 1995).

A formação da chamada opinião pública se densifica, deixando de ser um processo predominantemente manipulado pelo Mercado e pelo Estado. A multiplicação dos agentes formadores da opinião pública implica em aumento da vontade política, o que por sua vez leva a impasses na escolha e gestão das prioridades do poder público. As relações entre os poderes Executivo e Legislativo tornam-se, tendencialmente, mais conflitantes, o que provoca a reemergência constante da problemática da descentralização do poder decisório. Não é à toa que por toda parte se fala em reengenharia do setor público, tal como se falou durante os primeiros anos da década de 90 de reengenharia nas empresas particulares. (Hammer & Champy, 1994; Schmidheiny, 1992; Hamel & Prahalad, 1995; Drucker, 1993).

As fronteiras entre as dimensões *doméstica* (relacionada ao sexo, à subjetividade, à interação simbólica), da *produção* (relativa à classe social e à categoria profissional), da *cidadania* (relacionada ao indivíduo, ao votante e pagador de impostos) e da *transnacionalidade* (relativa às redes de sistemas globais) vão sendo ultrapassadas⁴. Emerge uma vasta e complexa rede social, no interior da qual se confrontam paradigmas científicos e socioculturais.

Com a emergência desta complexa rede social, vai sendo constituído um *modo de vida reticular*, que se impõe sobre as fronteiras e sobre as culturas. Diferentemente dos avanços da *mídia* anterior aos computadores domésticos e à interligação destes pela Internet, trata-se agora da geração de vínculos totalizantes, com o consumo tornando-se

⁴ Esta categorização é uma versão modificada - para efeito de síntese - da que foi proposta por SANTOS, B.S. (Op.cit.).

uma atividade potencialmente de tempo integral, que tende a invadir todas as dimensões – da subjetividade à transnacionalidade. Este processo, rico em contradições porque catalisador dos conflitos paradigmáticos, amplia a crise de civilização e abre, simultaneamente, as possibilidades de geração de uma cidadania planetária e de um espaço público transnacional⁵. A sociedade típica, *centrada no mercado* (Ramos, 1981), é amplamente hegemônica, mas crescem no seu interior grupos libertários, para os quais o mercado deve ser, como diria Alberto Guerreiro Ramos, um enclave entre outros, numa sociedade multicêntrica e reticular.

O *modo de vida reticular* que se impõe não é necessariamente destrutivo nem construtivo, mas crítico e, portanto, um *provável detonador* de experiências de *estado nascente*, na expressão de Francesco Alberoni (1991). O paradigma simplificador, que separa a vida subjetiva da vida social e objetiva, que não compreende o sujeito como parte de um ecossistema, que reduz a natureza aos interesses humanos ou reduz a espécie humana a um elemento a mais da biodiversidade (sem reconhecer-lhe a especificidade cultural) é confrontado, no *modo de vida reticular*, pelo paradigma da complexidade, em que o conhecimento científico se difunde sem fronteiras (emergência da transdisciplinaridade), rearticulando-se com as culturas, com os ecossistemas e com o senso comum, promovendo novas formas de sociabilidade, nas quais a informação é constantemente recontextualizada pela comunicação; e, o que é mais significativo, as relações entre cultura & civilização e entre cultura & natureza são reconhecidas como *complexas*, não redutíveis, exigindo simultaneamente integração e investigação analítica, na medida em que se apresentam como antagônicas, concorrentes e complementares.

Francesco Alberoni observa que os grandes movimentos coletivos só nascem quando, no sistema social, amadurecem condições econômicas, sociais e culturais capazes de dar a partida a numerosos e simultâneos processos de *estado nascente*. Daí a formação de muitos grupos que confluem na constituição de entidades maiores – por que não um espaço público transnacional? – mais ou menos articuladas, mais ou menos conflitantes.

“Ao nível individual, o estado nascente é uma experiência extraordinária que *interrompe o enredo da vida cotidiana*, dando-lhe novo rumo. É o descobrimento de uma vocação mais profunda, do próprio destino. É um chamamento ou uma revelação. Mas também pode ser o nascimento de um amor, uma conversão religiosa ou política, uma irresistível inspiração artística, uma decisão irrevogável. O estado nascente é uma experiência cognoscitiva. É como conhecer, ver, descobrir aquilo que estava oculto, uma revelação daquilo que já existia. Também é, porém, uma experiência extraordinária, entusiasmante, fascinante e perturbadora” (Alberoni, op. cit.: 13; grifo meu).

⁵ Ver, a propósito, os artigos “Elos de uma Cidadania Planetária”, de FERNANDES, R.C; e “Globalização e Democracia (necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional)”, de LEIS, H.R. 1995; ambos na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, número 28, junho.

O estado nascente *interrompe o enredo da vida cotidiana*...O conceito de rede, implícito aqui, tem uma longa história ⁶, que não cabe no momento analisar. Interessa-me, sobretudo, as noções de entrelaçamento, de horizontalidade das relações interpessoais (isonomia), de tramas e dramas, de composição da sociabilidade. Basicamente, compreendo as redes em dois sentidos: as de caráter técnico-instrumental, nas quais predomina a informação (com fluxos geralmente unidirecionais) e as de caráter convivencial, nas quais predomina a comunicação (com fluxos de informação multidirecionais, ou inexistentes, porque desnecessários – como é o caso da comunicação pelo silêncio). A novidade da Internet, neste contexto, é seu caráter ambivalente – porque tanto serve ao Mercado em âmbito global como às relações interpessoais. Daí a dinamização dos conflitos paradigmáticos.

O estado nascente é, segundo a tese que Alberoni compôs durante vinte e cinco anos de trabalho interdisciplinar (entre sociologia e psicologia), um acontecimento revolucionário, que surge como transformação da mente de indivíduos, uma verdadeira mutação paradigmática, que os impele a buscar companheiros de jornada.

“O movimento começa (...) com uma descoberta, uma revelação, uma nova perspectiva da realidade. Uma perspectiva compartilhada, exaltante, que se enriquece e modifica em relação aos problemas específicos do momento e da atividade comum. Até tornar-se doutrina, ideologia, enquanto no começo era apenas um olhar comovido, vibrante, a intuição repentina e perturbadora de que o mundo podia ser modificado, de que a felicidade para si e para os outros era alcançável. A história do movimento é a história desta elaboração, da edificação de estruturas sociais aptas a realizar um novo modo de viver, uma nova solidariedade. (...) Temos, portanto, dois pólos opostos: o estado nascente e a cotidianidade. Pólos entre os quais o movimento e a instituição que ele gera representam a ponte. O estado nascente emerge rasgando a vida cotidiana, como acontecimento revolucionário. Através do movimento, gera a *instituição*, que guarda no coração algo do estado nascente, de que é herdeira e guardiã. Finalmente, até esta energia desaparece e só fica a mera repetição, o hábito, a forma desprovida de significado” (Alberoni, op. cit.: 14).

O ambientalismo inicialmente denominado multissetorial avança, ganha impulso, na medida em que no seu interior emergem experiências de estado nascente, que por sua vez o transformam em movimento transetorial. O que chamei de modo de vida reticular é, neste contexto, uma experiência cotidiana propiciada pela Terceira Revolução Industrial, mas de caráter peculiar, porque dinamiza os conflitos paradigmáticos e provoca (não determina, apenas suscita, instiga) novas experiências de estado nascente.

O ambientalismo multissetorial passou por uma rica experiência de estado nascente durante a realização do Fórum Global, acontecimento paralelo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em junho de 1992, no Rio de Janeiro.

⁶ Ver, a propósito deste conceito, os artigos “Metodologia de redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais”, de SCHERER-WARREN, 1994, VI Colóquio sobre Poder Local, UFBA; “Redes: Emergência e Organização”, de DIAS, L.C. 1995, *Geografia: conceitos e temas* (vários autores), Ed. Bertrand; “Análise de Rede(s): Uma contribuição aos estudos organizacionais”, de LOIOLA, E. e MOURA, S. 1995. UFBA, Salvador, mimeo.

Indivíduos e grupos de várias partes do mundo estabeleceram contatos pessoais e intergrupais -- relações marcadas pela idéia-chave de unidade na diversidade. Vários documentos foram aprovados democraticamente, como roteiro de ação para todos os envolvidos.

Eduardo Viola e Héctor Leis (1995) assinalam os principais obstáculos do ambientalismo multissetorial após a Rio-92:

- a permanência do caráter confrontacional na relação entre o socioambientalismo e o ambientalismo empresarial (particularmente aguda no hemisfério Sul);
- a tendência ao isolamento dos partidos políticos, mesmo os mais sensíveis aos problemas ambientais;
- as dificuldades para a colaboração entre o ambientalismo *stricto sensu* e o empresarial no Sul;
- o bloqueio histórico do diálogo entre o ambientalismo religioso e o dos cientistas;
- a ainda tradicional ligação entre o ambientalismo governamental e o princípio da soberania nacional, que limita o desenvolvimento de estratégias globais;
- os componentes isolacionistas presentes nas diversas subculturas ambientalistas nacionais (particularmente fortes no Sul).

Esta relação de problemas me parece intimamente associada à carência de produção teórica em termos de ecologia política (Boeira, 1989; Leis, 1996), o que tem deixado o movimento preso a percepções meramente setoriais. Neste sentido, pode-se definir a ecologia política como o oposto da política ambiental. Para a ecologia política, o que conta é a democracia participativa (combinação da forma direta com a representativa) e a multi e principalmente a transetorialidade nas decisões públicas. As chamadas políticas ambientais, como as demais políticas públicas, carecem de uma abordagem complexa, ou seja, sistêmica ⁷, democrática ⁸, holística ⁹, enfim, auto-eco-organizadora:

“Um pensamento de organização que não compreende a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não compreende a relação hologramática entre as partes e o todo, que não compreende o princípio de recursividade, um tal pensamento está condenado à insipidez, à trivialidade, isto é, ao erro” (Morin, 1990: 179).

⁷ Tomo como referência a *Teoria geral dos sistemas*, de BERTALANFFY, 1977. Ed. Vozes, Petrópolis.

⁸ São muito significativas, neste sentido, as contribuições de GIDDENS (1991;1993 e 1996) *As Conseqüências da Modernidade; A transformação da Intimidade; Para Além da Esquerda e da Direita* (respectivamente), todos pela Unesp; o capítulo VII, “As Instituições de Reciprocidade”, de ALBERONI (Op. cit); o capítulo V, “O que é democracia?”, de TOURAINE (Op.cit); o livro *Um Prefácio à Democracia Econômica*, de DAHL, 1985, Ed. Zahar, RJ.

⁹ Tomo como referência para a compreensão do termo “holística” as contribuições de KOESTLER, A. *Jano*. Ed. Melhoramentos, 1981, SP; e de WEIL, P. 1987. *A nova linguagem holística*. Ed. Espaço e Tempo, RJ. Em síntese, trata-se de uma tentativa de superação do atomismo e do holismo (enquanto predomínio unilateral do todo sobre as partes de um conjunto); ou seja, trata-se de conceber os conjuntos, suas partes, suas interligações em forma de redes e hierarquias abertas, bem como seu dinamismo.

Considerações Finais

Como bem observa Edgar Morin, “estamos nos preliminares da constituição de um paradigma de complexidade, ele próprio necessário para a constituição de uma paradigmologia, e trata-se, não da tarefa individual de um pensador, mas da obra histórica de uma convergência de pensamentos” (Morin, 1991:210).

O *grande paradigma do Ocidente* (GPO), como vimos, é disjuntor, atomístico, reducionista, e tem permeado as ciências, o Estado e o Mercado. Na falta de uma formulação alternativa consistente também tem dificultado a interação entre as chamadas ONGs (e os movimentos sociais) e a interação da sociedade civil com o Mercado e com o Estado:

“Dividir para reinar. A fórmula é também a de Maquiavel para dominar a cidade, a de Descartes para dominar a dificuldade intelectual, a de Taylor para reger as operações do trabalho dentro da empresa. A máxima comum ramifica-se na política, na cultura, no pensamento, na sociedade. O paradigma do Ocidente reina dividindo. É diabólico, isto é, separador” (Morin, 1991: 201).

Na medida em que as experiências de estado nascente -- imprescindíveis para a criação de novas instituições, dentro ou fora do ambientalismo multissetorial (AM) -- inclinarem-se de forma unilateral para um ou para outro destes conjuntos de princípios e valores – ou paradigmas subordinados (PS), como idealismo e realismo --, a crise civilizatória tenderá a ser reproduzida e aprofundada, levando a mais sofrimento, marginalização e desequilíbrios socioambientais. Pelo contrário, na medida em que as experiências de estado nascente (EEN) visarem o equilíbrio dinâmico (ED) (por meio do diálogo e da ética) entre estas duas alternativas, a humanidade verá nestas verdadeiros exemplos, novos paradigmas (NP), caminhos a serem trilhados e divulgados, como possibilidades vivas de superação da crise que lhe corrói ¹⁰.

O ambientalismo transetorial (AT) é um fenômeno que deve ser estudado justamente por conter, em si, setores guiados por valores antagônicos e concorrentes, mas *também complementares*, na medida em que a natureza -- a grande incógnita -- não vota, não paga impostos, mas participa decisivamente na criação e destruição de toda a vida, em todos os lugares, a todo momento -- e, com a crise civilizatória, torna-se parâmetro para todas as decisões, públicas e particulares. O ambientalismo transetorial é o novo objeto de estudo da ecologia política (EP).

¹⁰ É de grande relevância para todos os setores do ambientalismo a obra de C.G. Jung, particularmente o clássico *Tipos psicológicos*, 1976, Ed. Zahar; neste sentido, ver o artigo “O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial”, de LEIS, H.R. e D’AMATO, J. 1995, no livro *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*, organizado por Clóvis Cavalcanti; Ed. Cortez, SP. Os autores, de forma criativa, recuperam a análise de Jung das dicotomias entre pensamento, sentimento, intuição e percepção.

Há, portanto, duas hipóteses abrangentes sugeridas aqui:

Primeira: GPO ↔ Crise Civilizatória (GPO ↔ PS), ou seja, o grande paradigma do ocidente (GPO) tem uma relação de recursividade com a crise civilizatória, assim como a tem com os paradigmas subordinados (PS), que no âmbito da política se manifestam como idealismo e realismo. Dessa forma, o GPO é indutor da crescente ingovernabilidade mundial, com o aprofundamento das dicotomias entre o Estado, o Mercado e a sociedade civil.

Segunda: GPO → AM → EEN → AT ↔ ED → NP → EP, ou seja, o grande paradigma do ocidente (GPO) encontra como resposta, particularmente nas sociedades periféricas e semiperiféricas, a formação do ambientalismo multissetorial. Este, no entanto, só pode avançar na medida em que, no seu interior, emergirem experiências de estado nascente (EEN), que o transformam em ambientalismo transetorial (AT) por intermédio do modo de vida reticular. Para que se formem instituições de uma nova era -- a era da reflexividade --, ou novos paradigmas (NP), entretanto, ainda será necessário um equilíbrio dinâmico (ED) entre valores, princípios e paradigmas subordinados (PS) ao grande paradigma do ocidente (GPO). Nesta hipótese, a busca de superação da crise civilizatória faria dos debates sobre modernidade e pós-modernidade um tema da ecologia política (EP).

Bibliografia

- ALBERONI, F. (1991) *Gênese (como se criam os mitos, os valores e as instituições da civilização ocidental)*. Rocco, RJ.
- ALIER, J.M. & SCHLÜPMANN (1991) *La ecología y la economía*. Fondo de Cultura Económica, Mexico.
- BARRÈRE, M. (org.) (1992) *A ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento*. Nobel, São Paulo.
- BOBBIO, N. et al., 1992. *Dicionário de política*. 2 vol. Edunb, Brasília.
- BOEIRA, S.L. (1989) *Ecologia política & juventude universitária (algumas considerações sobre o modo de vida, com ênfase nas relações entre poder e saúde)*. Dissertação de mestrado (inédita) UFSC, Florianópolis.
- _____ (1996) "Marxismo analítico & funcionalismo". In: *Revista de Ciências Humanas*, vol. 14, número 20. CFH, UFSC, Florianópolis.
- BUARQUE, C., 1990. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. Paz e Terra, RJ.
- BOURNELLIS, C. (1996) "Internet'95". In: *Revista Internet World*, n. 5, Jan. 1996
- BROWN, L. (org.) (1993) *Qualidade de vida 1993: salve o planeta!* Worldwatch Institute. Globo, SP.
- CHAUÍ, M. (1986) *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. Brasiliense, SP.
- DESCARTES, R. (1987) *Descartes*. vol. I, 4ª ed. Coleção Os Pensadores. Nova Cultural, SP.
- DRUCKER, P. (1993). *Sociedade pós-capitalista*. 2ª ed. Pioneira, SP.

- ELIAS, N. (1993) O processo civilizador. Formação do estado e civilização. Vol. II. Jorge Zahar Editor, RJ.
- EMBRAPA & FBB (1994) *Atlas do meio ambiente do Brasil*. Ed. Terra Viva, Brasília.
- FEATHERSTONE, M. (Org.) (1994) *Cultura global - nacionalismo, globalização e modernidade*. Vozes, Petrópolis.
- FERNANDES, F.(org.) (1983) *Marx, K. & Engels*. História. Ed. Ática.
- FERREIRA, L. C. (1996) “Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania” in: *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. (VIOLA, E. e FERREIRA, orgs.). Editora da Unicamp, SP.
- GRAMSCI, A. (1981) *Concepção dialética da história*. Ed. Civilização Brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro.
- GIDDENS, A. (1996) *Para além da esquerda e da direita*. Unesp, São Paulo.
- _____ (1991) *As conseqüências da modernidade*. Unesp, SP.
- _____ (1993) *A transformação da intimidade*. Unesp, SP
- HABERMAS, J. (1994) *Teoría de la acción comunicativa: complementos y estudios previos*. Ediciones Catedra, Madrid.
- HAHN, H. & STOUT, R. (1995) *Dominando a internet*. Makron Books e McGraw-Hill, SP.
- HAMEL, G. & PRAHALAD, C.K. (1995). *Competindo pelo futuro*. Campus, RJ.
- HEGEDUS, Z. (1994). “The paradigm of conflitual action in self-creative society”. In: *XIII World Congress of Sociology*, Beliefeld.
- HOBBS, T. (1955). *Leviathan*. Ed. de Michael Oakesshott. Oxford.
- JUNG, C.G. (1976) *Tipos psicológicos*. Zahar Editores, RJ.
- _____. (1984) *A natureza da psique*. Vozes, Petrópolis.
- LEFF, E. (1994) *Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable*. 2ª ed. ampliada. Siglo Veintiuno Editores, Mexico.
- LEIS, H.R., 1995. “Globalização e Democracia: a necessidade e oportunidade de um espaço público transnacional” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 28. Anpocs, SP.
- _____. (1993) “Ambientalismo e relações internacionais na Rio-92”. In: *Revista Lua Nova* n. 31.
- _____ (1996) A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo. Tese de doutorado. PUC, Rio de Janeiro.
- LEIS, H.R. & D’AMATO, J.L. (1995) “O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial”. In: CAVALCANTI, C. (Org.) *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Cortez editora e Fundação Joaquim Nabuco, SP.
- LOCKE, J. (1947) *Two treatises of government*. Ed. e introdução de Thomas I. Cook. New York.
- McCORMICK, J. (1992). *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Relume Dumará, RJ.
- MATTOSO, J. (1995) *A desordem do trabalho*. Scritta, SP.
- MOLION, L.C.B. (1995) “Um século e meio de aquecimento global”. In : *Revista Ciência Hoje*, n. 107, matéria especial.
- MOURÃO, R.R.F. (1992) *Ecologia cósmica*. Ed. Francisco Alves, RJ.
- MORIN, E. (1991). *O método IV (as idéias: a sua natureza, vida, habitat e organização)*. Publicações Europa-América, Portugal.

- _____. (1982) *Science avec conscience*, Paris, Fayard.
- MORIN, E. e KERN, A. B. (1995) *Terra-Pátria*. Ed. Sulina, Porto Alegre.
- KANT (1989) *À paz perpétua*. L&PM Editores, Porto Alegre.
- KENNEDY, P. (1993). *Preparando para o século XXI*. Campus, RJ.
- PORTER, G. & BROWN, J. W. (1991) *Global environmental politics (dilemmas in world politics)*. USA, Westview Press, Oxford.
- RAMOS, A. G. (1981) *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. FGV, RJ.
- RATTNER, H. (1994) “Comércio e desenvolvimento nas sociedades contemporâneas”. In: *Revista Politécnica*, 212/123. USP.
- REDHEAD, B. (org.) (1989) *O pensamento político de Platão à OTAN*. Imago, RJ
- ROUSSEAU, J.-J. (1994). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; discurso sobre as artes e as ciências*. Clássicos Ediouro, Rio de Janeiro.
- _____. (1905) *Oeuvres complètes*. 13 vols. Paris.
- _____. (s/d) *Do contrato social; discurso sobre a economia política*. Ed. Hemus, São Paulo.
- SANTOS, B. (1995). *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Cortez, SP.
- SCHERER-WARREN, I. (1994) “Organizações não-governamentais na América Latina: seu papel na construção da sociedade civil”. In: *Cadernos de Pesquisa*, P.G. em Sociologia Política, n. 1, UFSC.
- SCHIMIDHEINY, S. (1992) *Mudando o rumo: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente*. (com o Business Council for Sustainable Development). FGV, RJ.
- SKLAIR, L. (1995) *Sociologia do sistema global*. Vozes, Petrópolis.
- TOCQUEVILLE, A. de. (1977). *A democracia na América*. Edusp, SP.
- TOURAINÉ, A. (1994) *Crítica da modernidade*. Vozes, Petrópolis.
- VIOLA, E. & BOEIRA, S. (1990) “A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80”. In: *Textos Básicos*. vol. I do IV Seminário Nacional sobre Universidade e Meio Ambiente. UFSC, Florianópolis.
- VIOLA, E. & LEIS, H. et al. (1995) “O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da RIO-92: o desafio de uma estratégia globalista viável”. In: *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais*. Cortez e UFSC, Florianópolis.
- WEFFORT, F. (org.) (1995) *Os clássicos da política*. Dois volumes. Editora Ática, São Paulo.